

# **PLANO DECENAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICIPIO DE SALTO DO ITARARÉ - PARANÁ**



**Conselho Municipal dos Direitos da  
Criança e Adolescente de Salto do Itararé - PR  
Criado pela Lei Municipal nº: 254/2015**



**2017-2027**

## 1-APRESENTAÇÃO

Partindo do pressuposto que há toda uma legislação onde aqui elencamos as duas principais sendo a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, que amparam a elaboração de Políticas próprias voltadas a crianças e adolescentes sendo estes sujeitos de direitos, dignos de tratamento diferenciado em função de maior vulnerabilidade inerente à peculiar condição de pessoas em desenvolvimento. (Plano Decenal do Estado do Paraná 2014). E segundo a LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social (art.2.º) , o atendimento a criança é uma das prioridades da política de Assistência Social. Estes conjuntos de leis adotam o mesmo paradigma de defesa da cidadania, se opõem ao assistencialismo e ao clientelismo, abrindo a perspectiva da proteção integral.

Visto que aconteceu o lançamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná e há uma mobilização estadual (com apoio do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberando para que os municípios elaborem seus respectivos Planos), o município necessitou planejar e traçar a longo prazo (dez anos) objetivos, ações, metas e estratégias, construindo indicadores de monitoramento das políticas públicas voltadas as estes sujeitos de direitos.

## 2-EIXOS NORTEADORES

2.1- Direito à Vida e à Saúde A CF/1988 estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida e à saúde, além de diversos outros direitos que possibilitam a fruição de uma vida digna e de qualidade. Ademais, preceitua que a saúde constitui direito de todos e dever do Estado, “garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (art.196, CF/1988).

Enquanto sujeitos de direitos as crianças e os adolescentes se destacam por sua peculiar condição de pessoas em desenvolvimento, as crianças e os adolescentes necessitam de maior atenção e proteção nesse momento. O conceito de saúde, conforme define a Organização Mundial de Saúde (OMS), não se restringe a ações isoladas de tratamento ou prevenção de doenças, mas compreende o completo bem-estar físico, mental e social (OMS, 2012).

Especificamente, é assegurado que toda criança e adolescente têm direito à proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência (art. 7º, Estatuto). De

fato, a vida e a saúde consubstanciam-se como os direitos mais essenciais e primários de todos os direitos fundamentais, pois somente a partir de sua realização existe razão para que os demais sejam efetivados. Assim, os direitos à dignidade, ao respeito, à educação, ao esporte, à convivência familiar, entre outros, gravitam em torno do direito à vida, que tem a saúde como premissa que possibilita sua manutenção. Neste eixo, no Plano de Ação, estarão elencadas ações que visam à garantia do direito à vida e à saúde de crianças e adolescentes, pautando a oferta, a melhoria da qualidade e a garantia de acesso aos serviços públicos.

## 2.2 Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade

Os direitos à liberdade, ao respeito e à dignidade são direitos primordiais de todos os cidadãos inseridos em um Estado Democrático de Direito. Esses direitos são assegurados constitucionalmente, sobretudo no art. 5º, que contém os direitos e garantias individuais e coletivos, e nos arts. 6º e 7º, que elencam os direitos sociais.

Transportados para a realidade da criança e do adolescente, esses direitos ganham novos contornos, de maneira que as crianças e os adolescentes têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas em desenvolvimento, mas continuam considerados como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais (art. 15, Estatuto).

Considerando a peculiar condição de pessoa em desenvolvimento, que passa por pleno processo de formação física, psíquica e moral, o legislador destaca o que abrange o direito à liberdade das crianças e dos adolescentes, nos termos do art. 16 do Estatuto:

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II - opinião e expressão; III - crença e culto religioso; IV - brincar, praticar esportes e divertir-se; V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; VI - participar da vida política, na forma da lei; VII - buscar refúgio, auxílio e orientação

A proteção da dignidade das crianças e dos adolescentes está destacada no art. 18 do Estatuto, segundo o qual é dever de todos zelarem por sua dignidade, salvaguardando-os de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante ou constrangedor. Essa previsão foi formulada em consonância com princípios da Declaração e da Convenção da ONU, bem como com a CF/1988 (art. 227). Todas as pessoas foram, portanto, corresponsabilizadas por zelar pelo efetivo cumprimento do direito à dignidade. No caso de conhecimento de violações ou desrespeito

à dignidade da criança e do adolescente deve haver a comunicação para as autoridades competentes, mormente ao Ministério Público, para que sejam tomadas as medidas necessárias.

2.3- Direito à Convivência Familiar e Comunitária Não há dúvidas de que o melhor lugar para o desenvolvimento de uma criança é o núcleo familiar, preferencialmente em sua família natural, na qual a criança seja esperada e querida, onde sejam cercados de afeto, carinho e cuidado durante seu crescimento. É necessário, para que a criança e o adolescente atinjam a plenitude em seu desenvolvimento em suas potencialidades, que cresçam em um ambiente adequado, no qual lhes sejam supridas suas necessidades básicas, sejam elas físicas, morais, psíquicas e afetivas.

O Estatuto afiança especificamente o direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária, em ambiente que ofereça a concretização de todos os direitos inerentes à sua condição especial de desenvolvimento. Nesses termos, toda criança e adolescente têm direito a serem criados e educados no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes (art. 19, Estatuto).

A efetivação do direito à convivência familiar e comunitária é, pois, imprescindível para o ideal e completo desenvolvimento das crianças e adolescentes, porquanto “a família continua sendo sempre o espaço privilegiado, único e insubstituível de socialização, prática de tolerância e divisão de responsabilidades, além de celeiro para o exercício da cidadania, do respeito e dos direitos humanos” (CURY, 2012). Nessa análise, é necessário verificar sempre o que mais atende ao melhor interesse da criança e do adolescente, envidando esforços no sentido de que todos os seus direitos fundamentais sejam concretizados.

Assim, no eixo referente a este direito fundamental, no Plano de Ação, localizam-se ações de proteção e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, reordenamento dos serviços de acolhimento, garantia de exames gratuitos para investigação de paternidade, dentre outras.

#### 2.4- Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

O direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer para a criança e para o adolescente são assegurados constitucionalmente. Como direito de todos e dever do Estado e da família, a educação deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. No que se refere à cultura, é assegurado a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, com apoio e incentivo estatal para a valorização e a difusão das manifestações culturais. As práticas desportivas e o lazer, como formas de promoção social, serão também fomentados (arts. 205, 215, 217, 227 da CF/1988).

Após a família, a escola é o segundo meio comunitário em que a criança estará inserida, lugar em que estabelecerá suas primeiras relações em sociedade. A escola, portanto, é uma instituição fundamental que atua na complementação do desenvolvimento pessoal e integral das crianças e dos adolescentes, proporcionando não só a aquisição de conhecimentos científicos, mas também a formação social, moral e cidadã, viabilizando a expressão e realização de todas as suas potencialidades humanas.

O Estatuto, em simetria com os ditames constitucionais, determina que todas as crianças e os adolescentes têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (art. 53, Estatuto). Os deveres do Estado a fim de viabilizar a efetividade do direito à educação estão expressos no Estatuto e representam reais garantias para as crianças e adolescentes:

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola.

## 2.5- Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho

A profissionalização e a proteção no trabalho são direitos fundamentais assegurados aos adolescentes a partir dos 14 anos. O direito à profissionalização visa a proteger o interesse dos adolescentes de se prepararem adequadamente para o exercício do trabalho na vida adulta, visto

que a qualificação profissional é elemento essencial para a inserção futura no mercado de trabalho (MACHADO, 2003, p.188). No entanto, toda a abordagem sobre o trabalho permitido ao adolescente, seja no âmbito da profissionalização ou fora dela, deve ser realizada com especial cautela e atenção, em razão de sua condição peculiar de desenvolvimento e da proteção excepcional e integral a que faz jus. O respeito às normas que regulamentam a proteção no trabalho para os adolescentes é, pois, fator determinante para que outros direitos fundamentais não sejam violados, bem como para que não haja consequências prejudiciais ao desenvolvimento daqueles.

O Estatuto reforça de forma expressa o direito do adolescente à profissionalização e à proteção no trabalho, corroborando toda a normatização já exposta, sobretudo os limites estabelecidos ao trabalho do adolescente. O trabalho permitido a este deve respeitar as premissas do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e a capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

## 2.6 - Fortalecimento das Estruturas do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

Para a consolidação da Doutrina da Proteção Integral preconizada na CF/1988 e no Estatuto, o Brasil caminhou para a estruturação de um sistema que organiza a proteção e a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, estabelecendo atribuições e funções e institucionalizando a integração entre os órgãos que atuam nesta área. O Estatuto, apesar de definir responsabilidades dos entes, não organizou formalmente e de maneira integrada as instituições que atuam na garantia de direitos.

Significando um grande avanço na proteção de crianças e adolescentes, mais do que um sistema em si, o SGD é a integração de vários sistemas que convergem para a proteção integral de crianças e adolescentes. O SGD só existe na interlocução com outros sistemas nacionais, como o de saúde, de assistência social, dentre outros.

A política de atendimento das crianças e dos adolescentes operacionaliza-se por meio de serviços e programas das mais diversas políticas públicas, da execução de medidas de proteção desses direitos, bem como da execução de medidas socioeducativas. Essa política especializada deve funcionar de forma transversal e intersetorial, com a articulação de todas as políticas públicas de infraestrutura, institucionais, econômicas e sociais, e com a integração de todas as suas ações, a fim de que seja alcançada a efetivação de todos os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes.

### 3-PERFIL E LEVANTAMENTO DO CENÁRIO DE SALTO DO ITARARE

#### 3.1-Diagnóstico socioterritorial

Os mineiros foram os primeiros a chegarem na região onde hoje encontra-se o município de Salto do Itararé. No início, as terras eram ocupadas pelos índios Guaranis e o local onde se encontra a sede era conhecida como "Balsa dos Índios". As terras eram pertencentes ao município de São José da Boa Vista. Contam que o primeiro proprietário das terras da região foi o português Narciso Marinho que, aos poucos, foi dividindo suas terras com os mineiros. A sede do povoado teve origem na Fazenda Salto do Itararé, onde foram doados 28 alqueires de terras a Santo Antônio de Pádua, em nome da Mitra Diocesana de Jacarezinho, com a finalidade de que com a venda das terras, contruisse uma Igreja em homenagem ao Santo. Em 1901, através da Lei nº8, de 24 de janeiro do referido ano, criou-se o distrito judiciário de Santo Antônio dos Índios que, mais tarde, teve a denominação mudada para Salto do Itararé e pertencendo ao município de Siqueira Campos.

Pela Lei nº 4245, de 25 julho de 1960, o distrito foi elevado à categoria de município, mantendo-se o nome de Salto do Itararé, em alusão à queda d'água no Rio Itararé.

O município de Salto do Itararé está localizado na região Norte do Estado. Conta com uma área de 200,517 km². Localiza-se na Mesorregião Norte Pioneiro do Paraná, na Microrregião de Wenceslau Braz e pertence à Associação dos Municípios do Norte Pioneiro - Amunorpi, a uma latitude 23°36'06" sul e a uma longitude 49°37'33" oeste, estando a uma altitude de 502 metros.

Os municípios limítrofes são: Santana do Itararé, Siqueira Campos, Carlópolis, Barão de Antonina – SP.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 a população total era de 5.178 habitantes, sendo 2614 do sexo masculino e 2564 do sexo feminino. Sendo deste total, 3723 pessoas residem na zona urbana do município e 1455 na zona rural distribuídos em diversos núcleos populacionais com predominância das mini e pequenas propriedades rurais onde é desenvolvida a agricultura familiar.

Os indicadores sociais são utilizados para se ter um conhecimento específico da realidade social de uma determinada região/localidade/município. Abaixo referenciadas está o índice de população no município de Salto do Itararé como também o Índice de Desenvolvimento Humano que houve uma melhora significativa frente ao município.

Conforme Censo Demográfico (2010) o número de pessoas em situação de extrema pobreza no município era de 235 pessoas, ou seja, 4,5% da população municipal viviam nesta situação. Do total de extremamente pobres, 135 (57,6%) viviam no meio rural e 100 (42,4%) no meio urbano.

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH no município é 0,704. No que tange a educação o IDH é de 0,631, sendo que 1.382 da população residente que frequenta creche ou escola, e sendo o número de pessoas alfabetizadas de 4.196. O município conta ainda com 8 estabelecimentos de ensino e 6 de saúde.

Em relação ao saneamento local, o lixo é coletado em 1357 domicílios. Quanto ao abastecimento de água, 1769 domicílios possuem água da rede geral (canalizada), Energia Elétrica 1759 domicílios, e esgotamento sanitário 1765 domicílios.

A Proteção Social Básica tem como objetivos a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se a população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos. Para isto, o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, atua como a principal porta de entrada do SUAS, sendo responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica.

De acordo com o CadSUAS, o município de Salto do Itarare conta com a oferta de um CRAS com capacidade de atendimento de 250 famílias/ano e capacidade de referenciamento de 2.500 famílias.

O Índice de Vulnerabilidade Familiar Paranaense – IVFPR no município é de 0,3894. Possui 1.067 famílias cadastradas no CadÚnico. Desse total, 277 famílias estão no Programa Bolsa Família, 230 com renda per capita familiar de até R\$ 85,00; 134 com renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00; 403 com renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo; 300 com renda per capita acima de meio salário mínimo. Sendo que, 53 famílias estão no Programa Estadual Renda Família Paranaense.

### 3.2-A Política de Assistência Social

A **Secretaria Municipal de Assistência Social**, possui um órgão gestor com 2 funcionários que administram a secretaria, sendo responsáveis pelo planejamento, prestação de

contas, além de dar apoio técnico, humano e material aos conselhos. A Secretaria de Assistência Social conta com um direito de departamento de Bem Estar Social é o senhor Luiz Carlos de Lima. O órgão gestor tem prédio próprio localizado na Rua Eduardo Bertoni, 171, contendo 2 salas de atendimento (assistente social e órgão gestor e uma recepção). Neste prédio, mas em uma ala separada também temos o CRAS.

**O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Maria Benedita de Lima** localiza-se na Rua Eduardo Bertoni, 171, conta com 5 funcionários na sede. Desenvolvem os seguintes Programas e Projetos:

- ✓ Programa Família Paranaense: meta 120 famílias – famílias incluídas e acompanhamento- início 2014;
- ✓ Grupo de convivência de Idosos: atividades variadas: ano de Implantação: 2013. Total de participantes 50 pessoas – sem demanda reprimida – encontros semanais – acima de 60 anos – Homens e mulheres;
- ✓ Grupo de convivência de Infanto-juvenil: atividade de canto coral: ano de implantação: 2014. – público alvo: infanto-juvenil a partir dos 8 anos de idade. 12 até 17 anos, 45 participantes.
- ✓ Grupo de convivência Adulto: atividade de canto coral: ano de implantação: 2017 - público alvo: adultos, 30 participantes.

- **O Cadastro Único** - CadÚnico e o Programa Bolsa Família são geridos pelo órgão gestor da assistência social através do gestor e operador master e sua execução se dá através do CRAS, onde são realizados o cadastro, atualização, revisão, acompanhamento das famílias em descumprimento das condicionalidades contando com duas funcionárias e com as assistentes sociais para as visitas. O número de famílias atualmente no Programa Bolsa Família é de 277 e 537 estão no CadÚnico com renda familiar entre R\$ 85,00 e meio salário mínimo.

O município de Salto do Itaré possui o Conselho Municipal de Assistência Social desde o ano de 1997 quando a lei 374/1997 cria o conselho e o seu respectivo Fundo. O conselho conta com 12 conselheiros, sendo 6 titulares e 6 suplentes de forma paritária entre governo e sociedade civil. Atualmente houve atualizações na lei de criação, estando em vigor também as Leis nº 105/2011 e 170/2013. As alterações tiveram como base as orientações do Conselho Nacional de Assistência Social seguindo os parâmetros do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (Lei de criação nº 254/2015 em vigor) conta com 16 conselheiros de forma paritária, sendo 8 titulares e 8 suplentes. Os conselhos

passam por dificuldades quanto à participação efetiva de seus membros na realização das reuniões.

#### 4- COBERTURA DE REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS

Entidade: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salto do Itararé – Escola Rosalina Fernandes de Jesus - Ensino Fundamental – Anos iniciais e Educação de Jovens, Adultos e Idosos – Fase I, na modalidade de Educação Especial.

Nome do Serviço: Assistência Social à pessoa com deficiência intelectual e/ou múltiplas deficiências;

Grupos Sócio educativos.

Descrição: Para inclusão nos serviços passam por uma avaliação multiprofissional, composta por assistente social, psicóloga, fisioterapeuta, fonoaudióloga, terapeuta ocupacional, neurologista. Também dentro deste serviço a os instrumentais de acolhimento, escuta qualificada, estudo social, visitas domiciliares, encaminhamentos, solicitações de Benefícios de Prestação Continuada – BPC, atendimento multiprofissional e inclusão no mercado de trabalho; 2. A importância da realização de grupos está no fato de oportunizar aos participantes o sentimento de coletividade dos assuntos em comum, ao mesmo tempo em que se trabalham questões individuais, buscando coerência no pensar, sentir e agir. O grupo Pais amigos é um espaço aberto e democrático de expressão, o qual permite que as famílias elaborem questões, compartilhem sentimentos, tenham acesso a informações, tudo isto, com o objetivo do fortalecimento de vínculos e também de exercício de cidadania, começando pela participação efetiva nas diretrizes desta entidade.

#### 5- LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES QUANTO O ATENDIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM SALTO DO ITARARÉ.

5.1- Segundo dados do Relatório Semestral de atendimento do ano de 2017 fornecido pelo Conselho Tutelar obtêm-se o seguinte Diagnóstico:

Atividade	Atendimentos realizados no 1º Semestre do ano
Notificação	160
Orientação de apoio	40
Encaminhamento ao responsável	5

Encaminhamento para tratamento médico	5
Encaminhamento para tratamento psicológico	15
Encaminhamento para drogadição	2
Encaminhamento para Ministério Público	10
Encaminhamento para Poder Judiciário	1
Encaminhamento para autoridade policial	5
Encaminhamento para o Serviço Social	1
Estrupo de vulnerável	2
Casos de mal tratos	1
Casos de negligência	5
Casos de agressão	1
Acompanhamento para depoimento	5
Acompanhamento para registro de B.O	13
Requisição de certidão de nascimento	3
Visita e acompanhamento familiar	10
Visita (acompanhamento delegacia)	8
Matricula escolar	5
Solicitação da escola (frequência escolar)	47
Roubo e furto	2
Advertência	15
Total de Atendimentos	361

Diante deste cenário constatamos a necessidade de uma articulação intersetorial mais próxima do Conselho Tutelar com algumas políticas, principalmente no que diz respeito ao encaminhamento ao acesso de serviços de proteção social básica e especial, CRAS, onde é realizada segundo informações, informalmente.

5.2 - Dados obtidos do Relatório Mensal de Atendimento do CRAS 1º Semestre do ano de 2017

Público Alvo	Total de atendimentos
Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos	00
Crianças/ adolescentes de 7 a 14 anos em Serv. de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	77
Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos	18

Fonte: FORMULÁRIO DE REGISTRO MENSAL DE ATENDIMENTOS DO CRAS – REFERENCA MÊS DE JULHO/2017.

## 6-PLANO DE AÇÃO

### EIXO 1 :DIREITO À VIDA E À SAÚDE

Nº	Objetivo	Ações	Metas	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável	Correspon sáveis
					Indicadore s de Resultado	Prazo		
1	Ampliar a cobertura de estratégia de saúde da família no Município, na área rural, aumentando o atendimento a crianças e adolescentes que vivem nessas áreas.	Investir na melhoria da infraestrutura e de equipamentos das Unidades de Saúde da Família.	Ampliar para 60% a cobertura populacional estimada por estratégia de saúde da família.	2017/ 2018	Percentual de cobertura de Programa Saúde da Família.	Anual	Secretaria de Saúde	Administra ção e Planejamen to
		Melhorar o acesso e a qualidade das ações e serviços de atenção primária a saúde.	Redução dos índices de agravos à saúde da população.	2017/2018	Percentual de morbidade e internament o s.	Trimestr al	Secretaria de Saúde	PSF
2	Estruturar a Atenção Primária à saúde para que essa seja a ordenadora do cuidado, nas redes de atenção a saúde.	Implementar a Educação Permanente para os profissionais da Atenção Primária à Saúde.	Capacitar e atualizar 100% dos profissionais da Atenção Primária à Saúde.		Número de profissionai s capacitados	Semestr al	Secretaria de Saúde	PSF

		Aderir e implementar o Programa Saúde na Escola	Realizar ações de educação em saúde nas escolas municipais.		Número de atividades realizadas.	Semestral	Secretaria de Saúde	Secretaria de Educação
		Fortalecer as ações de saúde bucal para crianças e adolescentes.	Realizar ações de saúde bucal onde há cobertura da Estratégia de Saúde da Família.		Numero de atividades e atendimentos realizados.	Semestral	Secretaria de Saúde	
		Ampliar o atendimento a crianças e adolescentes com deficiência nutricional.	Atender 100% das crianças com risco nutricional índice de crianças com risco nutricional		Índice de crianças com risco nutricional através do SISVAN	Semestral	Secretaria de Saúde	
3	Identificar as demandas de atendimento, nas áreas de saúde e assistência, de crianças e adolescentes usuárias de álcool e outras drogas.	Realizar levantamento da demanda, em conjunto com as Estratégias de Saúde da Família e o PACS, das crianças e adolescentes usuários de drogas;  Estruturar o atendimento individualizado e em grupo para crianças e adolescentes usuários de drogas, nos serviços de saúde do Município;	Projeção da demanda em 100% da área do Município.		Apresentação da síntese quantitativa e qualitativa sobre crianças e adolescentes usuários de álcool e/ou drogas.	Anual	Secretaria de Saúde	Secretaria de Assistência Social

4	Organizar a Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil para garantir acesso, acolhimento e resolutividade.	Monitorar o pré-natal das gestantes de risco habitual cadastradas para garantir a realização de 7 ou mais consultas.	Reduzir a mortalidade materna e infantil		85% das gestantes de risco habitual cadastradas sendo monitoradas.	Anual	Secretaria e Saúde	
		Gerenciar as gestações de alto risco, encaminhando para Hospitais de referência.			Encaminhamento de 100% dos casos de gestantes de alto risco.	Anual	Secretaria de Saúde	
5	Fortalecer a Promoção em Vigilância em Saúde reduzindo os riscos e agravos a saúde da criança e adolescente	Coletar amostras de leite do Programa Leite das Crianças para monitoramento da qualidade do mesmo conforme determinação da SESA-PR.			Numero de amostras analisadas	Trimestral	Secretaria de Saúde	Vigilância em Saúde
		Ampliar ações de prevenção através de palestras para os adolescentes e divulgações sobre DSTs nas rádios locais.	Prevenir, diagnosticar precocemente, tratar e acompanhar pessoas expostas a DSTs/HIV/AIDS no Município e seus referidos parceiros, diminuindo a infecção e transmissão das doenças.		Numero de palestras realizadas	Semestral	Secretaria de Saúde	Vigilância em Saúde/ Coordenadora de Atenção Integral a Saúde

		Ofertar a realização de testes rápidos de HIV/Sífilis/Hepatite B e C aos adolescentes e parceiros.	Obter cobertura vacinal em 100% da população infante juvenil.		Avaliação de cobertura vacinal por meio dos relatórios de acompanhamento mensal – SI-PNI/API	Mensal	Secretaria de Saúde	Vigilância em Saúde/ Programas e Projetos Estratégicos / Coordenadoria de Atenção Integral a Saúde
6	Implantar ações de atenção a saúde das crianças, adolescentes e famílias em situação de violência	Implementação do Programa de Atendimento a Vitimas de Violência	Atendimento de 100% dos casos de violência notificados		Numero de notificações e atendimentos realizados.	Trimestral	Secretaria de Saúde	Programas e Projetos Estratégicos / Coordenadoria de Atenção Integral a Saúde

EIXO2: DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE

Nº	Objetivo	Ações	Metas	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável	Correspon sáveis
					Indicadore s de Resultado	Prazo		
1	Sensibilizar a população, o empresariado e agricultores locais no sentido de compreender a necessidade de erradicar o trabalho infantil	Realizar campanhas de sensibilização e divulgação dos riscos para a saúde da criança e do adolescente ocasionados pelo trabalho precoce	Pelo menos uma campanha anual, com folders, e mídia local	Anual	Número de atividades realizadas	Anual	Secretaria de Assistência Social Conselho Tutelar	CMDCA e CMAS, Sindicato rural e dos trabalhadores rurais.
		Promover encontros reunindo adolescentes, entidades e público em geral para debater o tema do TI	Encontros periódicos junto aos equipamentos sociais, CRAS		Número de encontros realizados			
2	Qualificar os serviços de medidas socioeducativas em meio aberto através da implementação do Plano Municipal de Socioeducação	Sensibilização e posterior pactuação das Políticas de Assistência Social, Educação e Saúde, Rede socioassistencial, MP e Judiciário no processo de atendimento ao adolescente em medidas socioeducativas.	Encontros para definição de estratégias		Número de participantes		Secretaria de Assistência Social– CMDCA	CMAS, MP, Secretaria de Saúde, Educação e Judiciário.
		Articulação com as Políticas Intersetoriais, MP e Judiciário no desenvolvimento do PIA do adolescente em medidas socioeducativas: PSC e LA	Periódico, a medida de encaminhamento de cada processo.		Processos encaminhados e registro de atendimento realizado.			

		Implantação das ações contidas no Plano Municipal de Socioeducação	100% de implementação de ações		Relatórios anuais		Secretaria de Assistência Social – CMDCA	CMAS, MP, Secretaria de Saúde, Educação e Judiciário.
3	Através da Gestão Municipal mobilizar e monitorar a busca ativa de Inclusão de famílias em situação de pobreza no Cadastro Único, na atualização e revisão cadastral, no acompanhamento familiar, no cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família e no acompanhamento da oferta de ações complementares.	Acompanhar e apoiar tecnicamente a Secretaria de Educação quanto a frequência escolar de crianças e adolescentes das famílias do Programa Bolsa Família.	Acompanhar e apoiar 100% o município para que mantenha a frequência escolar acima da média nacional.		Número de crianças e adolescentes acompanhados	Anual	Secretaria de Assistência Social - Gestão Municipal do Programa Bolsa Família	Secretaria de Educação, Saúde, CRAS.
		Acompanhar e apoiar em parceria com a Secretaria de Saúde, o calendário vacinal de crianças até 7 anos, mulheres de 14 a 44 anos e gestantes das famílias do Programa Bolsa Família, de acordo com o calendário da saúde	Acompanhar no município o cumprimento das metas em 100%.		Número de crianças e mulheres acompanhadas			
		Apoio técnico no acompanhamento das famílias em descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família.	Procurar acompanhar 100% das famílias em descumprimento de condicionalidades.		Número de famílias acompanhadas			
4	Fomentar a regulamentação de equipe técnica para compor o CRAS conforme a NOB-RH.	Estruturar a equipe do CRAS.	Contratação de equipe mínima para o CRAS.		Qualidade no atendimento prestado pessoas em situação de		Secretaria de Assistência Social	Secretaria de Administração, RH, SEDS e MDS

					risco e vulnerabilidade social.			
--	--	--	--	--	---------------------------------	--	--	--

### EIXO 3: DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Nº	Objetivo	Ações	Metas	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável	Correspondentes
					Indicadores de Resultado	Prazo		
1	Implantar o Serviço de Acolhimento para criança e adolescente.	Implantar formas alternativas de acolhimento de crianças e adolescentes.	Não ter criança e adolescente em acolhimento institucional  Diminuir a permanência de crianças e adolescentes em entidades de atendimento.	2017	Número de jovens em entidade de atendimento.		Secretaria de Assistência Social.	Setor Jurídico; CMDCA, CMAS, MP, Conselho Tutelar
		Instituir comissão vinculada ao CMDCA para monitorar/fiscalizar/qualificar os serviços de acolhimento Institucional conforme Guia de Acolhimento Institucional						

2	Sensibilizar a população para a garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes.	Realizar campanhas de comunicação para a Garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária.	Realizar uma campanha.		Número de campanhas realizadas		Secretaria de Assistência Social	CMDCA CMAS
3	Promover ações intergeracionais que integrem crianças, adolescentes e idosos através de espaços culturais, esportivos, socioeducacionais.	Atividades recreativas, apresentações artísticas, contação de histórias, artesanato, culinária.	Maior números de ações desenvolvidas	Anual	Número de crianças, adolescentes e idosos	Anual	Secretarias afins	CMDCA e CMDL.

**EIXO 4: DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER**

Nº	Objetivo	Ações	Metas	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável	Correspon sáveis
					Indicadore s de Resultado	Prazo		
1	Criar o calendário cultural de apresentações no município.	Organizar todas as ações culturais do município em um calendário único de apresentações.	Agregar 100% das ações desenvolvidas no município		Número de apresentações		Secretaria de Educação, esporte e cultura	Secretarias afins
2	Desenvolver e apoiar ações artísticas e culturais.	Aproveitar potenciais já existentes em nosso município através de exposições, concursos de talentos, concurso de bandas, exibição de filmes e apresentações culturais.	Agregar 100% das ações desenvolvidas no município.		Número de apresentações e exposições		Secretaria de Educação, esporte e cultura	Secretarias afins

**EIXO 4:DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER**

Nº	Objetivo	Ações	Metas	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável	Correspon sáveis
					Indicadore s de Resultado	Prazo		

1	Proporcionar atividades esportivas em contra turnos escolares para crianças e adolescentes, com o intuito de prevenir casos de vulnerabilidade, risco social e atos infracionais.	Oferecer escolinhas de práticas esportivas gratuitas, em contra turno escolar, voltado à prática de futebol, futsal, handebol, vôlei, basquete, xadrez, tênis de mesa, atletismo, ciclismo, entre outras.	Atingir maior número de crianças e adolescentes do nosso município e com isso reduzir os casos de vulnerabilidade, risco social e ato infracional.		Diminuição de estatísticas		Secretaria de Educação, esporte e cultura	Prefeitura Municipal de Salto do Itararé
2	Realizar competições dentro de nosso município.	Promover campeonatos, torneios, festivais, dentre outras competições em nosso município	Proporcionar a crianças, adolescentes e adultos competições com o intuito de criar neles um espírito esportivo e aumentar a sociabilidade.		Numero de competições realizadas e número de participantes		Secretaria de Educação, esporte e cultura	Prefeitura Municipal de Salto do Itararé
3	Oferecer espaço para prática esportiva e lazer	Construir e revitalizar os parques, quadras, ginásios, academias, pistas esportivas para população da área urbana e rural, possibilitando as práticas esportivas, disponibilizando espaços para lazer.	Proporcionar espaço a população de Salto do Itararé para realização de exercícios físicos em locais adequados e seguros.		Numero de munícipes usufruindo do espaço		Secretaria de Educação, esporte e cultura	Prefeitura Municipal de Salto do Itararé

#### EIXO 4:DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER

Nº	Objetivo	Ações	Metas	Prazo de Execução	Monitoramento		Responsável	Corresponsáveis
					Indicadores de Resultado	Prazo		

1	Fomentar atividades artísticas para crianças e adolescentes.	Organizar grupos de crianças e adolescentes para trabalhar atividades artísticas e culturais.	50% dos alunos das escolas		Número de apresentações à comunidade.	Semestral	Secretaria de Educação,	Escolas CRAS
2	Implementar ações de literatura infanto juvenil.	Organizar projetos nas escolas incentivando a leitura	100% dos alunos das escolas		Número de projetos de incentivo a leitura desenvolvidos nas escolas.		Secretaria de Educação,	Escolas municipais
3	Manter o quadro de profissionais da educação da rede pública municipal de ensino capacitado e capacitado	Realização de formação inicial e continuada para todos os profissionais da educação de forma presencial.	100% dos profissionais da educação capacitados.		Número de profissionais da educação capacitados	Anual	Secretaria Municipal de Educação	Secretaria de Educação e parceiros conveniados
4	Sensibilização de crianças e adolescentes sobre cidadania e meio ambiente.	Parcerias visando à formação sobre direitos e deveres e conscientização da importância da preservação do meio ambiente, das responsabilidades sociais, do controle da criminalidade e da participação na segurança com a finalidade da melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos.	Desenvolvimento de programas e projetos com o tema cidadania e meio ambiente.		Número de palestras, programas e projetos desenvolvidos e número de alunos participando.	Anual	Secretaria Municipal de Educação	Escolas municipais e estaduais e parcerias.



1	Implantar Programas de Aprendizagem no município.	Intermediar, através do Programa Jovem Aprendiz, trabalho para os adolescentes na modalidade de aprendizagem, preparando jovens de 14 a 24 anos para ingressar no mercado de trabalho através de formação técnico-profissional.	Inscrição de 10 jovens por ano.		Número de jovens inscritos.	Anual	Secretaria de Assistência Social	
2	Implantação do Programa JOVEM APRENDIZ através de Lei Municipal.	Definição de incentivos fiscais possíveis às empresas.  Elaboração de campanha explicativa/divulgação através de folders explicativos.  Reuniões explicativas e de incentivo com o setor de comércio e indústria do município.  Definição do processo seletivo.  Elaboração de campanhas de divulgação e viabilização de material de consumos para o Programa Jovem Aprendiz.	Pelo menos 1 fábrica participando do Programa Jovem Aprendiz		10 jovens inscritos e participando ativamente do programa.		Secretaria de Assistência Social	SENAC, SENAI e Agência do Trabalhador

**EIXO 6: FORTALECIMENTO DAS ESTRUTURAS DOS SISTEMAS DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

<b>Nº</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Ações</b>	<b>Metas</b>	<b>Prazo de</b>	<b>Monitoramento</b>	<b>Responsável</b>	<b>Correspon</b>
-----------	-----------------	--------------	--------------	-----------------	----------------------	--------------------	------------------

				<b>Execução</b>	<b>Indicadores de Resultado</b>	<b>Prazo</b>		<b>órgãos</b>
1	Fomentar e articular reuniões com a rede de atendimento à criança e ao adolescente.	Reuniões mensais para troca de experiências e discussões, e estudo de casos.; Diagnóstico da realidade e formulações de políticas; Estabelecer e monitorar um fluxograma de atendimento	Fortalecimento da Rede de atendimento Criança e ao adolescente e melhoria no seu atendimento no tocante à prevenção de casos de violência.	Mensal	Diminuição no número de casos	Semestral	CMDCA Secretaria de Assistência Social	Secretaria de Saúde; Conselho Tutelar.
2	Divulgar e acompanhar a implementação e execução do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Criar uma equipe para acompanhar e monitorar a execução do Plano Decenal.	Cumprir 100% das metas anuais		Redução das desigualdades, através do cumprimento do Plano Decenal		Secretaria Assistência Social, CMDCA	Poder Judiciário Promotoria Pública Conselho Tutelar Entidades Sociais Setor privado
3	Fortalecer o CT e CMDCA, através de instrumentalização técnica e melhoria das estruturas para o exercício de suas atribuições.	Ofertar formação continuada em nível básico, intermediário e avançado, após o processo de eleições.	-Capacitar 100% dos Conselheiros Tutelares e CMDCA		Nº de cursos ofertados. Nº de participantes		CMDCA	Secretaria de Assistência Social

		Diagnosticar a realidade da estrutura e condições de trabalho do CT e CMDCA, visando a melhoria das condições de atendimento e incentivando e monitorando o preenchimento do CENSO SGD	Preenchimento anual do CENSO.	Anual	CT e CMDCA com Censo preenchido.		CMDCA CT	Secretaria de Assistência Social
4	Fortalecer o Conselho Tutelar através de assessoria técnica do CMDCA e oportunizar formação continuada para a melhoria no exercício de suas atribuições.	Reuniões Mensais com a Secretaria Executiva do CMDCA. Articulação com o Ministério Público e Políticas Públicas para realização de encontros mensais com o CT.	Melhoria e qualidade no atendimento a Criança e ao adolescente	Mensal	Relatórios publicizados nas reuniões do CMDCA	Semestral	CMDCA	Ministério Público e demais Políticas Públicas
5	Divulgar , fortalecer e reafirmar os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente	Realizar encontros alusivos aos ECA.	Aumento em 30% na participação à cada ano, nas ações do ECA.		.Participação de pelo menos 100 pessoas em cada encontro.	Anual	CMDCA	Secretarias afins

		Providenciar exemplares do ECA, para ser trabalhado com os diversos atores sociais, envolvidos nas ações relativas a Política da Criança e do Adolescente.			Garantir que todos os atores da assistência social e demais políticas tenham acesso ao ECA.			
6	Estimular a ampliação e fortalecimento da participação da sociedade civil.	Promover capacitação da sociedade civil organizada com foco no Controle Social da efetivação dos direitos da criança e do adolescente.	Envolver os grupos organizados nas ações da Política da Criança e Adolescente		- Número de Pessoas capacitadas.		CMDCA	Secretarias afins
7	Implementar mecanismos de regulamentação do cofinanciamento e repasse fundo a fundo do FIA Estadual	Implementar o repasse fundo a fundo através da regulamentação de lei e estabelecimento de critérios de repasse.	Dar publicidade através de publicações em atos oficiais.		Decretos publicados, deliberações e resoluções publicados.	Anual	CMDCA	Secretaria Assistência Social

8	Propiciar ações que estimulem o protagonismo de crianças e adolescentes como forma de participação social organizada.	Promover ações que favoreçam a participação ativa de criança e adolescentes nas discussões relativas à política da educação para o pleno exercício da cidadania.	Participação efetiva de crianças e adolescentes de 100% da rede escolar municipal.	Anual	Nº de ações realizadas	Anual	Secretaria Municipal de Educação	CMDCA Secretaria de Assistência Social
		Incentivar criação e o fortalecimento dos grêmios estudantis e outras agremiações que dêem voz e vez às crianças e adolescentes.	100% das unidades escolares com prática associativa	Anual	Nº de agremiações ativas	Anual	Secretaria Municipal de Educação	CMDCA Secretaria de Assistência Social e Núcleo de Educação.

## 5- Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação

O Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Salto do Itararé - PR, é um documento que estabelece um planejamento a longo prazo, para os próximos dez anos, ao município e à sociedade civil organizada, para que haja a soma de esforços, recursos e ações, com metas e indicadores de monitoramento, integrando as políticas públicas direcionadas à efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes. Visando à efetiva implementação deste Plano, com relação à efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes, há a necessidade de atividades de acompanhamento, monitoramento e avaliação bem estruturadas e desenvolvidas por equipe técnica de cada órgão envolvido. Também pelo Comitê Intersetorial responsável pela elaboração do Plano na área da criança e do adolescente e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), indicando responsabilidades, formas de coleta e análise de dados e sua periodicidade.

O monitoramento é um importante instrumento para acompanhar metas e prazos de execução e a implementação das ações, visando mensurar se os resultados esperados foram alcançados. A avaliação é um momento relevante, que avalia todo o processo e resultado para verificar a efetivação das políticas públicas propostas no Plano Decenal. Assim, é necessário estabelecer um fluxo de monitoramento e avaliação das ações dos órgãos e instituições que possuem responsabilidade com relação às ações estabelecidas.

Por isso, cada órgão ou instituição envolvida, cada um dos responsáveis e corresponsáveis pelas ações do Plano de Ação deverá acompanhar suas ações constantemente, verificando se as metas instituídas estão próximas de serem atingidas, organizando a coleta e análise dos dados e mantendo os registros das ações previstas.

Anualmente, as instituições e órgãos deverão encaminhar o relatório a Comissão e/ou Técnico Responsável (para o monitoramento e avaliação das ações), contendo informações quanto ao cumprimento das metas, de acordo com o prazo previsto e os indicadores de resultado escolhidos, tudo constante no Plano de Ação.

## 6-REFERÊNCIAS –

- Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná

- Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes –  
CONANDA

- IBGE - <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=412290>

- Síntese dos Programas Sociais -

[http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/modules/conteudo/lanca\\_opcao.php?opcao=sintese](http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/modules/conteudo/lanca_opcao.php?opcao=sintese)

Caderno Estatístico município de Salto do Itararé  
[www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86535](http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86535)